



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , DE 2023 (Do Sr. Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da sua visita ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, para debater políticas de segurança pública.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seja convocado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, a fim de prestar esclarecimentos sobre a sua visita a favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, para debater políticas de segurança pública.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme divulgado pelos meios de imprensa¹, o Ministro da Justiça esteve em encontro na Rede Inovação Tecnológica da Maré (RITMA), na favela Nova Holanda, no Rio de Janeiro, com o objetivo de ampliar o diálogo

¹ Matéria do jornal O Globo disponível em https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/03/ministro-da-justica-flavio-dino-encontra-liderancas-de-favelas-em-visita-ao-complexo-da-mare.ghtml?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=globorio Acesso em 15 mar. 2023.



entre organizações da sociedade civil e governo sobre as políticas de segurança pública.

Na visita, o ministro e sua comitiva ouviram propostas de lideranças e ativistas que atuam no Rio de Janeiro, as quais foram formalizadas em uma carta de intenções. Das recomendações constam aspectos como a política para instalação de câmeras e GPS nos uniformes e nas viaturas da Polícia Federal e Rodoviária Federal, além de política de redução da letalidade policial e da Comissão Independente de Supervisão da Atividade Policial para controle e monitoramento de operações policiais, com participação social.

Diante disso, o que causa estranhamento é a ida do Ministro da Justiça, em agenda não oficial, visto que não consta no sistema e-Agendas , a um evento cujos participantes promovem discursos contrários a atividade policial, responsabilizando de maneira mentirosa os policiais que realizam operações no Estado do Rio de Janeiro.

A título de exemplo, houve publicação de pesquisadores do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) – presente no evento com o Ministro da Justiça - intitulado “Pela vida, contra as operações policiais: efeitos e desrespeito da ADPF 635”², na qual afirmam que “a suspensão das operações policiais em favelas durante a pandemia foi a medida *de defesa da vida* mais importante dos últimos 14 anos no Rio de Janeiro (...)", em claro viés de culpar os policiais pelos tiroteios e embates ocorridos nas favelas, não o crime organizado, este sim verdadeiro responsável pelas mortes decorrentes das denominadas “balas perdidas”.

Outro aspecto que suscitam dúvidas é a facilidade no transporte do Ministro ao acessar o Complexo da Maré, o qual, assim como a favela Nova Holanda, tem diversos pontos controlados por um crime organizado armado e violento, razão pela qual há recorrentes operações policiais no local. Logo, se questiona se houve acompanhamento por equipe de segurança – e se foram designados policiais da Polícia do Estado do Rio de Janeiro – e como foi o acesso à favela Nova Holanda.

² Disponível em https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021_GENI_Nexo.pdf
Acesso em 15 mar. 2023.



LexEdit
* C D 2 3 1 9 8 8 9 7 0 0 0 *

Adiante, pelos aspectos assinalados, se faz necessário saber os motivos do evento com diversas organizações da sociedade civil não constarem na agenda oficial do Ministro de Justiça e Segurança Pública, bem como os detalhes do acesso ao Complexo da Maré e favela Nova Holanda e a possibilidade de influência lobista ilegal e proselitista com ideias laxistas em relação ao crime organizado.

Cumpre mencionar, também, a atuação lobista da Open Society Fundation, suposta apoiadora do evento em questão, na promoção de ideias pró-legalização das drogas, do aborto e também o apoio a libertação de presos intitulados pela fundação como “não violentos” – nítido apoio ao laxismo penal, repudiado internacionalmente como política criminal. O próprio Parlamento brasileiro é contrário a essa ideia, vez que tem adotado posições de extinguir benefícios temerários aos criminosos e não criar mais destes.

As discussões de políticas públicas referentes à área da segurança pública devem ocorrer com transparência e pautadas verdadeiramente por meios de combate ao crime organizado, não da sua promoção, a exemplo dos defensores da legalização das drogas, do aborto e da libertação de presos.

Ante o exposto, se faz urgente e necessário que o Ministro da Justiça e Segurança Pública preste os esclarecimentos necessários a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em virtude da sua visita ao Complexo da Maré e reunião com organizações da sociedade civil para a discussão de políticas públicas na área da segurança pública, razão pela qual solicitamos o apoio aos deputados na aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2023.

Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

